

DIRETORIA DE COMUNI E TEC. DA INF. DA MARINHA

Termo de Referência 183/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
183/2025	749000-DIRETORIA DE COMUNI E TEC. DA INF. DA MARINHA	VINICIUS MORENO DO COUTO	01/10/2025 11:59 (v 0.5)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		63394.001640/2025-37

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação serviços de de empresa especializada em cabeamento estruturado para o Centro de Dados da Marinha do Brasil (CDMB) do Centro de Tecnologia da Informação da Marinha (CTIM), localizado na Ilha das Cobras – Centro – Rio de Janeiro – RJ, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento .

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	PDM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Movimentação do rack "CTIM-11"	13692		un	2	R\$348,59	R\$697,18
1	2	Organização das sobras técnicas de fibras em caixas organizadoras fixadas na parede	27570		metro	500	R\$31,00	R\$15.500,00
1	3	Caixas organizadoras para armazenar as sobras técnicas das fibras	482915	4148	un	3	R\$6.212,33	R\$18.636,99
1	4	Conduítes para passagem das fibras externas até o CD-MB	424718	6462	metro	15	R\$33,25	R\$498,75

1	5	Fusão de Fibra Óptica	19690		un	160	R\$80,00	R\$10.400,00
1	6	Serviço de alvenaria	24813		m²	40	R\$65,00	R\$2.600,00
1	7	Distribuidor Interno Óptico de 12 pares com saída LC Multi/Mono com kit completo de montagem	125563	6357	un	2	R\$499,97	R\$999,94
2	8	Distribuidor Interno Óptico de 24 pares com saída LC Multi/Mono com kit de montagem completo	615272	6357	un	46	R\$575,87	R\$26.490,02
2	9	Serviço de instalação / montagem / remanejamento e Manutenção de rede local de computadores	27570		metro	10500	R\$31,00	R\$325.500,00
2	10	Cordão Óptico: Multimodo , Tipo Conector: Lc/Lc , Diâmetro: 50/125 MM, Comprimento: 1,50 M, Material Das Capas: Em Pvc, Cor: Amarelo	603642	16117	un	100	R\$59,10	R\$5.910,00
2	11	Cordão Óptico: Monomodo Duplex , Tipo Conector: Lc/Lc , Comprimento: 1,50 M, Revestimento Primário: Em Acrilato , Revestimento Secundário: Polimérico E Termoplástico , Material Das Capas: Em Pvc , Diâmetro Núcleo: 9/125 MICROM, Cor: Azul	447179	16117	un	120	R\$31,53	R\$3.783,60
2	12	Fusão fibra óptica	19690		un	1200	R\$80,00	R\$96.000,00
2	13	Patch Panel Padrão: 19 POL, Categoria: 6 , Portas: 24 UN, Tipo Portas: Rj-45 Fêmea Na Parte Frontal E Idc Na Parte Trasei , Tipo Idc: Especifico P/ Condutores 22 A 24 Awg , carregado	471408	16158	un	7	R\$138,65	R\$970,55
2	14	Cabo Rede Computador Material Revestimento: Pvc -	462114	208	metro	3000	R\$8,00	R\$24.000,00

		Cloreto De Polivinila , Material Condutor: Cobre , Bitola Condutor: 23 AWG, Tipo Condutor: Par Trançado , Tipo Cabo: Utp De 4 Pares , Cor: Azul , Categoria: 6 , Aplicação: Rede De Informática						
2	15	Estante Rack Tipo: De Piso , Padrão: 19" X 44u , Estrutura: Aço Sae 1008 , Portas: Frontal E Laterais Com Fecho Para Abertura , Porta Frontal: Acrílico Com Chave , Cor: Preta , Características Adicionais: Abertura Para Instalação De Ventilação No Teto , Organizadores De Cabo: Destacável , Tipo Fixação: Porca Gaiola E Parafuso Cabeça Panela M6x12mm , Acabamento Superficial: Pintura Eletrostática Epóxi Pó Microtexturizado , Aplicação: Equipamentos De Segurança Eletrônica - Cftv , Capacidade Carga: 1.000 KG, Ventilação: Abertura Para Instalação De Sistema No Teto , Altura Externa: 2.045 M	623628	7092	un	1	R\$2.429,13	R\$2.429,13
2	16	Eletrocalha Material: Aço , Tratamento Superficial: Galvanização A Fogo , Comprimento: 3.000 MM, Altura: 100 MM, Largura: 300 MM, Características Adicionais: Com Tampa, Perfurada E Com Virola ,	618431	903	un	28	R\$14,76	R\$413,28

		Aplicação: Instalações para rede de dados						
2	17	Conector Cabo Par Trançado Tipo: Macho , Modelo: Rj45 , Quantidade Vias: 8 , Categoria: 6 , Características Adicionais: Padrão T568 A/B , Aplicação: Cabo De Rede , Material: Termoplástico Anti- Chama (UI94 V-0)	448853	14743	un	170	R\$0,42	R\$71,40
2	18	Cordão Óptico: Multimodo , Tipo Conector: Lc/Lc , Diâmetro: 50/125 MM, Comprimento: 10 M	420385	16117	un	170	R\$69,57	R\$11.826,90
2	19	Cordão Óptico: Monomodo Duplex , Tipo Conector: Lc/Lc , Diâmetro: 3 MM, Comprimento: 10 M	436283	16117	un	220	R\$44,14	R\$9.710,80
2	20	Cabo Rede Computador Tipo Cabo: Patch Cord , Padrão Cabeamento: Qsfp-40g , Aplicação: Conexão De Rede, Comprimento: 7m	482233	208	un	170	R\$11,30	R\$1.921,00
2	21	Cabo Rede Computador Material Revestimento: Termoplástico De Alta Qualidade , Material Condutor: Cobre Eletrolítico , Tipo Cabo: U/Utp , Cor: Azul , Características Adicionais: Transparente Não Propagante A Chama UI 94v-0 , Categoria: 6 , Comprimento: 1,5	626126	208	un	100	R\$19,06	R\$1.906,00
2	22	Equipamento Distribuição Cabos de Rede , Tipo: Ponto de consolidação /ponto de distribuição carregado, 24 Portas para cabo UTP	250334	15825	un	8	R\$1.611,71	R\$12.893,68

2	23	Cordão Óptico: Monomodo Duplex , Tipo Conector: Sc/Lc , Diâmetro: 3 MM, Comprimento: 10 M	436283	16117	un	40	R\$45,79	R\$1.831,60
2	24	Cordão Óptico Duplex LC/LC MM OM4 1,5m	603642	16117	un	100	R\$59,10	R\$5.910,00
2	25	Cordão Óptico Duplex LC/LC MM OM4 10m	420385	16117	un	170	R\$69,57	R\$11.826,90
2	26	Organizador Cabos Tipo: 2u , Altura: 88,2 MM, Material: Chapa De Aço 1010 , Tratamento Superficial: Fosfatizado , Acabamento Superficial: Pintura Epóxi - Pó , Cor: Grafite , Características Adicionais: Com Suporte E Tampa	234848	14755	un	6	R\$171,00	R\$1.026,00
2	27	Cabo de fibra óptica 24 pares monomodo	393168	4028	metro	2800	R\$9,12	R\$25.536,00
2	28	Cabo de fibra óptica 24 pares multimodo	393168	4028	metro	2800	R\$9,12	R\$25.536,00
2	29	Cabo de fibra óptica 24 pares multimodo OM4	393168	4028	metro	2800	R\$9,12	R\$25.536,00
2	30	Placa Cega Material: Chapa Aço , Formato: Retangular , Comprimento: 19 POL, Largura: 1U, Aplicação: Fechamento Frente Bracket, Gabinete Ou Console (Ra ,	301589	7009	un	14	R\$270,49	R\$3.786,86

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois possuem especificações usuais no mercado e ampla concorrência, permitindo a definição objetiva de seus atributos.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 90 dias, contados da assinatura do Termo de Contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4 Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas e as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, o licitante deverá obedecer a este último.

1.5 O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratado por escopo.

1.6 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O Centro de Tecnologia da Informação da Marinha (CTIM), na qualidade de órgão de execução operacional da estrutura organizacional da Marinha do Brasil (MB) na área de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC), é responsável pela Rede de Comunicações Integradas da Marinha (RECIM) e pelo Centro de Dados da MB (CD-MB). Cabe ao CTIM, dentre outras tarefas, instalar, operar, monitorar e manter a complexa infraestrutura do CD-MB, composta por storages, libraries, blades, switches, routers, IPS, firewalls, proxies, que formam o núcleo da RECIM, onde estão hospedados muitos sistemas de TIC das diversas Organizações Militares (OM) da MB. Pela RECIM trafegam, de forma contínua e combinada, dados, voz e vídeo entre as diversas OM da MB. A RECIM também utiliza o conceito de intranet para prover acesso a recursos e serviços de TI no âmbito da MB, mas também franqueia a conexão à internet e a outras redes de interesse da MB (redes de outras Forças/MD, governo federal, empresas conveniadas), viabilizando o acesso controlado aos serviços de TI disponibilizados nas redes externas.

O Centro de Dados não possui um cabeamento estruturado planejado e construído com essa finalidade, interligando os ativos do Centro de Dados. As conexões entre racks e servidores foram sendo feitas aos poucos, conforme as necessidades foram surgindo e o crescimento do Centro de Dados foi ocorrendo. Em função disso, não há uma estrutura para as conexões, assim como não há padronização do cabeamento. Dessa forma, pode-se afirmar que a estrutura de conexões entre racks e servidores do Centro de Dados é obsoleta. Além disso, a falta de uma estrutura planejada e padronizada dificulta as manutenções, que quando ocorrem, tornam-se mais lentas e inevitavelmente causam interrupções. Uma estrutura planejada e padronizada viria a facilitar manutenções, reduziria as interrupções causadas por manutenções e aumentaria a disponibilidade, além de facilitar futuras expansões.

Para oferecer melhor desempenho de comunicação a todos os serviços e ativos hospedados no Centro de Dados, com velocidade e confiabilidade desejada, diminuindo ao máximo interrupções e manutenções, é desejável que a comunicação entre os diversos ativos e serviços do Centro de Dados seja feita utilizando-se uma estrutura de cabeamento estruturado de acordo com as normas específicas que regem um cabeamento estruturado de um Centro de Dados. Um cabeamento estruturado planejado melhora a conectividade entre os ativos e reduz as interrupções em caso de manutenção.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Aplicação de Recursos (PAR) 2025, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. O LICITANTE VENCEDOR deverá adotar medidas a orientar seus empregados para adotarem condutas técnicas para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas e respeitadas as normas ambientais vigentes.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pois a aquisição em tela é de baixo valor e não representa elevada complexidade.

Vistoria

4.4. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8 horas às 16:30 horas.

4.5. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.6. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.7. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.8. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte

4.9 A não aplicação da reserva de cotas para ME/EPP se deve à natureza indivisível do objeto licitado. O escopo da contratação envolve serviços e materiais em grupos coesos, cujo fracionamento comprometeria a economicidade, eficiência e segurança da execução. A contratação em lote único garante a qualidade e a gestão integrada da solução.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 5 dias, contados a partir da data da assinatura do contrato ou de outros instrumentos hábeis;

5.1.2. Prazo de execução do objeto: 30 dias, contados do início da prestação do serviço.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Centro de Tecnologia da Informação da Marinha, Rua da Ponte, S/N, Ilha das Cobras, 3o andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ.

5.2.1. Os serviços serão prestados no seguinte horário: de segunda à sexta-feira, das 8 horas às 16:30 horas.

5.2.1.1. Excepcionalmente, serão utilizados os sábados e domingos para prestação do serviço, que deverá ser previamente agendado.

5.2.2 Telefone de contato e e-mail do(s) responsável(is) pelo acompanhamento do serviço: 1T(EN) Couto, tel: 2104-7091, email: couto.vinicius@marinha.mil.br.

Materiais a serem disponibilizados

5.3. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.3.1. Rack 19” fechado 44U e profundidade de 800mm

5.3.1.1. Fabricado em conformidade com a norma DIN 4194 e IEC 297-3, padrão 19”, 800 mm de largura, altura de 44U’s, profundidade externa mínima de 1000 mm;

5.3.1.2. Perfil vertical 19” em chapa de aço eletrozincada com espessura de 2 mm;

5.3.1.3. Tampa para fechamento lateral com fecho, montada em chapa de aço 1 mm;

5.3.1.4. Deverá possuir base soleira fixa e estrutura com capacidade de suportar no mínimo 1000 Kg;

5.3.1.5. Deverá possuir teto com possibilidade de inserção de cabeamento através de infraestrutura externa aérea;

5.3.1.6. Porta em aço 1 mm com chapa perfurada hexagonal, capacidade de abertura de até 180°, com kit cilindro com chave;

5.3.1.7. Porta posterior bipartida em aço 1 mm com chapa perfurada hexagonal, com kit cilindro com chave;

5.3.1.8. Longarina de montagem em chapa de aço eletrozincada com espessura de 1,5 mm;

5.3.1.9. Fechamento, porta frontal e portas posterior e laterais com tratamento de superfície nano cerâmico à base de zircônio e pintura a pó texturizada;

5.3.1.10. Deverá possuir módulo para acoplamento de rack confeccionado em chapa de aço zincada de 2 mm;

5.3.1.11. Deverá ser fornecido com o rack 1 kit de montagem composto de no mínimo 50 porcas gaiola;

5.3.1.12. Deverá possuir 2 calhas laterais verticais com portas para organização do cabeamento, fixadas na parte frontal do rack, montadas com chapa 1,5 mm, com profundidade mínima de 20 cm possuindo rasgos para condução e amarração dos cabos;

5.3.1.13. Deverá possuir sistema de aterramento a ser fixado na própria estrutura do rack constituído por uma

barra de cobre de 3 mm com terminais para fixação;

5.3.1.14. Deverá ser fornecido com régua vertical adesiva transparente a serem fixadas nas laterais frontais do rack para indicação da altura em Us;

5.3.2. Frente falsa de 1U para Rack 19”

5.3.2.1. Padrão 19”;

5.3.2.2. Estrutura em Aço SAE 1020 de 1,2mm;

5.3.2.3. Pintura em epóxi de alta resistência a riscos na cor preta, a fim de manter o padrão de cor já existente;

5.3.2.4. Kit: Quatro parafusos M5 x 12 mm com porcas, para fixação;

5.3.3. Cabo UTP Categoria 6

5.3.3.1 O cabo utilizado deverá possuir certificação ANATEL, conforme definido no Ato Anatel número 45.472 de 20 de julho de 2004, impressa na capa externa;

5.3.3.2. Possuir certificação de canal para 4 conexões por laboratório de 3a. Parte;

5.3.3.3. Deve atender ao código de cores especificado pela ANSI/TIA-568A, essa exigência visa manter o padrão já existente, cujo os técnicos foram treinados, evitando assim o dispêndio de recurso público com novos treinamentos;

5.3.3.4. Possuir impresso na capa externa nome do fabricante, marca do produto, e sistema de rastreabilidade que permita identificar a data de fabricação dos cabos;

5.3.3.5. Capa externa em composto retardante à chama, com baixo nível de emissão de fumaça (CM);

5.3.3.6. Possuir preferencialmente o Selo Verde de Qualidade Ambiental aplicado para cabos de telemática;

5.3.3.7. Deverá ser apresentado através de catálogos ou proposta técnica de produto do fabricante, testes das principais características elétricas em transmissões de altas velocidades (valores típicos) de ATENUAÇÃO (dB /100m), NEXT (dB), PSNEXT(dB), RL(dB), ACR (dB), para frequências de até 250Mhz;

5.3.4. Patch Panel – Categoria 6

5.3.4.1. O produto deve cumprir com os requisitos quanto a taxa máxima de compostos que não agredam ao meio ambiente, conforme a norma RoHs;

5.3.4.2. Possuir certificação de canal para 4 conexões por laboratório de 3a. Parte;

5.3.4.3. Painel frontal em termoplástico de alto impacto, não propagante a chama que atenda a norma ABNT NBR 14705/2010 (flamabilidade), com porta etiquetas de identificação em acrílico para proteção;

5.3.4.4. Apresentar largura de 19”, e altura de 1U ou 44,5mm para os Patch Panels de 24 portas;

5.3.4.5. Ser disponibilizado em 24 conectores RJ-45 fêmea na parte frontal, estes devem ser fixados a

circuitos impressos (para proporcionar melhor performance elétrica);

5.3.4.6. Os conectores fêmea RJ-45 devem possuir as seguintes características: Atender a ANSI/TIA/EIA- 68-C.

2 Categoria 6, possuir terminação do tipo 110 IDC (conexão traseira) estanhados para a proteção contra oxidação;

5.3.4.7. Identificação do fabricante no corpo do produto;

5.3.4.8. Possuir local para aplicação de ícones de identificação (para codificação);

5.3.4.9. Ser fornecido com guia traseiro perfurado, em material, não propagante a chama que atenda a norma ABNT NBR 14705/2010 (flamabilidade) com possibilidade fixação individual dos cabos, proporcionando segurança, flexibilidade e rapidez na montagem;

5.3.4.10. Ser fornecido com acessórios para fixação dos cabos (velcros e cintas de amarração);

5.3.4.11. Possuir em sua estrutura, elementos laterais em material metálico, que eliminem o risco de torção do corpo do Patch Panel;

5.3.4.12. Suportar ciclos de inserção, igual ou superior a 200 (duzentas) vezes com terminações 110 IDC;

5.3.4.13. Suportar ciclos de inserção, na parte frontal, igual ou superior a 750 (setecentas e cinquenta) vezes com conectores RJ-45 e 200 inserções com RJ11;

5.3.4.14. Atender as características elétricas contidas na norma ANSI/TIA/EIA-568-C.2 Categoria 6; e

5.3.4.15. Compatível com as terminações T568A e T568B, segundo a norma ANSI/TIA/EIA-568-C.2, sem a necessidade de trocas de etiqueta.

5.3.5. Patch Cord de 1,5m à 10,0m – Categoria 6

5.3.5.1. Patch Cord para interligação entre a “tomada lógica” e a “estação de trabalho” ou para manobra na Sala de Telecomunicações;

5.3.5.2. Deve ter certificações ANATEL conforme regulamento da entidade para cabo flexível e cordão de manobra;

5.3.5.3. Deve cumprir com os requisitos quanto à taxa máxima de compostos que não agredam ao meio ambiente, conforme a norma RoHS;

5.3.5.4. Deve possuir certificação de canal para 4 conexões por laboratório de 3a. Parte;

5.3.5.5. Deverão ser montados e testados em fábrica, com garantia de desempenho;

5.3.5.6. O acessório deve ser confeccionado em cabo par trançado, U/UTP Categoria 6 (Unshielded Twisted Pair), 24 AWG x 4 pares, composto por condutores de cobre flexível, multifilar, isolamento em poliolefina e capa externa em PVC não propagante a chama, conectorizados à RJ-45 macho Categoria 6 nas duas

extremidades, estes conectores (RJ-45 macho), devem atender às especificações contidas na norma ANSI/TIA/EIA-568-C.2 Categoria 6, ter corpo não propagante a chama que atenda a norma ABNT NBR 14705/2010, garras duplas para garantia de vinculação elétrica com as veias do cabo;

5.3.5.7. Deve possuir classe de flamabilidade no mínimo CM;

5.3.5.8. O Cabo utilizado deve estar em conformidade com a norma ANSI/TIA/EIA-568-C.2 CATEGORIA 6 (stranded cable);

5.3.5.9. Deve possuir capa protetora (boot) do mesmo dimensional do RJ-45 plug e proteção à lingueta de travamento. Esta capa protetora deve ajudar a evitar a curvatura excessiva do cabo em movimentos na conexão bem como proteger o pino de destravamento dos conectores contra enroscamentos e quebras;

5.3.5.10. Atender as características elétricas contidas na norma ANSI/TIA/EIA-568-C.2 Categoria 6;

5.3.6. Cordão Óptico duplex SM 1,5m a 10m LC/SC e LC/LC

5.3.6.1. Este cordão deverá ser constituído por um par de fibras ópticas monomodo 9/125 µm (cor azul), tipo “tight”;

5.3.6.2. Utilizar padrão “zip-cord” de reunião das fibras para diâmetro nominal de 2mm;

5.3.6.3. A fibra óptica deste cordão deverá possuir revestimento primário em acrilato e revestimento secundário em PVC;

5.3.6.4. Sobre o revestimento secundário deverão existir elementos de tração e capa em PVC não propagante à chama, em conformidade a ABNT NBR 14705/2010;

5.3.6.5. As extremidades deste cordão óptico duplo devem vir devidamente conectorizadas e testadas de fábrica;

5.3.6.6. Ser disponibilizado nas opções de terminações com conectores LC/SC e LC/LC;

5.3.6.7. Possuir impresso na capa externa nome do fabricante, identificação do produto e data de fabricação;

5.3.6.8. O fabricante deve possuir certificação ANATEL para os conectores ópticos exigidos nesse Edital;

5.3.6.9. O cordão deve estar de acordo com a norma ABNT 14106;

5.3.6.10. Os conectores ópticos devem atender os requisitos mínimos previstos na norma ABNT NBR 14433;

5.3.6.11. O cabo (cordão) óptico deverá possuir certificação ANATEL;

5.3.7. Cordão Óptico duplex MM OM4 1,5m a 10m LC/LC

5.3.7.1. Este cordão deverá ser constituído por um par de fibras ópticas multimodo 50/125µm OM4, tipo “tight”;

5.3.7.2. Apresentar largura de banda mínima de 4700 MHz.km em 850µm;

5.3.7.3. Utilizar padrão “zip-cord” de reunião das fibras para diâmetro nominal de 2mm;

5.3.7.4. A fibra óptica deste cordão deverá possuir revestimento primário em acrilato e revestimento secundário em PVC;

5.3.7.5. Sobre o revestimento secundário deverão existir elementos de tração de fios dielétricos e capa em material termoplástico não propagante à chama;

5.3.7.6. As extremidades deste cordão óptico duplo devem vir devidamente conectorizadas e testadas de fábrica;

5.3.7.7. Possuir impresso na capa externa nome do fabricante, identificação do produto e data de fabricação;

5.3.7.8. Ser disponibilizado nas opções de terminações com conectores LC/LC;

5.3.7.9. O cordão deve estar de acordo com a norma ABNT 14106;

5.3.7.10. Os conectores ópticos devem atender os requisitos mínimos previstos na norma ABNT NBR 14433;

5.3.7.11. O fabricante deve possuir certificação ANATEL para os conectores ópticos ;

5.3.7.12. O cabo (cordão) óptico deverá possuir certificação ANATEL.

5.3.8. Cordão Óptico duplex MM 1,5m a 10m LC/LC

5.3.8.1. Este cordão deverá ser constituído por um par de fibras ópticas multimodo 50/125µm, tipo “tight”;

5.3.8.2. Utilizar padrão “zip-cord” de reunião das fibras para diâmetro nominal de 2mm;

5.3.8.3. A fibra óptica deste cordão deverá possuir revestimento primário em acrilato e revestimento secundário em PVC;

5.3.8.4. Sobre o revestimento secundário deverão existir elementos de tração de fios dielétricos e capa em material termoplástico não propagante à chama;

5.3.8.5. As extremidades deste cordão óptico duplo devem vir devidamente conectorizadas e testadas de fábrica;

5.3.8.6. Possuir impresso na capa externa nome do fabricante, identificação do produto e data de fabricação;

5.3.8.7. Ser disponibilizado nas opções de terminações com conectores LC/LC;

5.3.8.8. O cordão deve estar de acordo com a norma ABNT 14106;

5.3.8.9. Os conectores ópticos devem atender os requisitos mínimos previstos na norma ABNT NBR 14433;

5.3.8.10. O fabricante deve possuir certificação ANATEL para os conectores ópticos ;

5.3.8.11. O cabo (cordão) óptico deverá possuir certificação ANATEL.

5.3.9. Cabo Óptico indoor 48 FO MM 50/125µm OM4

5.3.9.1. Este cabo óptico adotado para uso interno deverá ser do tipo “loose”, composto por fibras ópticas multimodo especiais para aplicações 10 gigabit/s com revestimento primário em acrilato, protegidas por tubo

de material termoplástico. O interior deste tubo deverá ser preenchido por gel;

5.3.9.2. A unidade básica e o elemento de tração (dielétrico) deverão ser revestidos por um material termoplástico especial para uso interno e externo na cor preta;

5.3.9.3. Apresentar Certificação ANATEL;

5.3.9.4. Este cabo deverá ser constituído por fibras multimodo 50/125 µm + 3 µm (OM4), proof-test 100 kpsi;

5.3.9.5. Apresentar atenuação máxima de: 3,5 dB/km em 850 µm; e 1,5 dB/km em 1300 µm.

5.3.9.6. Apresentar largura de banda mínima de: 4700 MHz.Km em 850 µm; e 500 MHz.km em 1300 µm.

5.3.9.7. Ser do tipo “loose” geleado e totalmente dielétrico;

5.3.9.8. Possuir resistência a raios ultravioleta e umidade;

5.3.9.9. Possuir Classe de flamabilidade do revestimento externo: COG;

5.3.9.10. Possuir raio mínimo de curvatura de 50 mm após a instalação e de 100 mm durante a instalação;

5.3.9.11. Temperatura de operação de -20° a 65°C, comprovada através de teste ciclo térmico;

5.3.9.12. Possuir impresso na capa externa nome do fabricante, marca do produto, data de fabricação, gravação sequencial métrica (em sistema de medida internacional SI); e

5.3.9.13. Demais características de acordo com a norma ABNT NBR 14772.

5.3.10. Cabo Óptico indoor 48 FO SM 9/125µm

5.3.10.1. Este cabo óptico adotado para uso interno deverá ser do tipo “loose”, composto por fibras ópticas monomodo especiais para aplicações 10 gigabit/s com revestimento primário em acrilato, protegidas por tubo de material termoplástico. O interior deste tubo deverá ser preenchido por gel;

5.3.10.2. A unidade básica e o elemento de tração (dielétrico) deverão ser revestidos por um material termoplástico especial para uso interno e externo na cor preta;

5.3.10.3. Apresentar Certificação ANATEL;

5.3.10.4. Este cabo deverá ser constituído por fibras monomodo 9/125 µm, proof-test 100 kpsi;

5.3.10.5. Apresentar diâmetro do campo modal: 9,3 +/- 0,5 µm em 1310 µm; e 0,4 +/- 0,8 µm em 1550 µm;

5.3.10.6. Apresentar atenuação máxima de: 0,37 dB/km em 1310 µm; e 0,23 dB/km em 1550 µm;

5.3.10.7. Ser do tipo “loose” geleado e totalmente dielétrico;

5.3.10.8. Possuir resistência a raios ultravioleta e umidade;

5.3.10.9. Possuir Classe de flamabilidade do revestimento externo: COG;

5.3.10.10. Possuir raio mínimo de curvatura de 50 mm após a instalação e de 100 mm durante a instalação;

5.3.10.11. Temperatura de operação de -20° a 65°C, comprovada através de teste ciclo térmico;

5.3.10.12. Possuir impresso na capa externa nome do fabricante, marca do produto, data de fabricação, gravação sequencial métrica (em sistema de medida internacional SI); e

5.3.10.13. Demais características de acordo com a norma ABNT NBR 14772.

5.3.11. Cabo Óptico indoor 48 FO MM 50/125µm

5.3.11.1. Este cabo óptico adotado para uso externo e interno deverá ser do tipo “loose”, composto por fibras ópticas multimodo especiais para aplicações 10 gigabit/s com revestimento primário em acrilato, protegidas por tubo de material termoplástico. O interior deste tubo deverá ser preenchido por gel;

5.3.11.2. A unidade básica e o elemento de tração (dielétrico) deverão ser revestidos por um material termoplástico especial para uso interno e externo na cor preta;

5.3.11.3. Apresentar Certificação ANATEL;

5.3.11.4. Este cabo deverá ser constituído por fibras multimodo 50/125 µm + 3 µm, proof-test 100 kpsi;

5.3.11.5. Apresentar atenuação máxima de: 3,5 dB/km em 850 µm; e 1,5 dB/km em 1300 µm.

5.3.11.6. Apresentar largura de banda mínima de: 4700 MHz.Km em 850 µm; e 500 MHz.km em 1300 µm.

5.3.11.7. Ser do tipo “loose” geleado e totalmente dielétrico;

5.3.11.8. Possuir resistência a raios ultravioleta e umidade;

5.3.11.9. Possuir Classe de flamabilidade do revestimento externo: COG;

5.3.11.10. Possuir raio mínimo de curvatura de 50 mm após a instalação e de 100 mm durante a instalação;

5.3.11.11. Temperatura de operação de –20° a 65°C, comprovada através de teste ciclo térmico;

5.3.11.12. Possuir impresso na capa externa nome do fabricante, marca do produto, data de fabricação, gravação sequencial métrica (em sistema de medida internacional SI); e

5.3.11.13. Demais características de acordo com a norma ABNT NBR 14772.

5.3.12. DIO 19” para 24 FO

5.3.12.1. Distribuidor óptico para 12 pares de fibras para Rack de 19”;

5.3.12.2. Deve suportar até 48 fibras com conectores LC, até 36 fibras com conector SC e até 24 fibras com outros conectores;

5.3.12.3. Deverá ter a função de acomodar e proteger as emendas de transição entre o cabo óptico e as extensões óticas;

5.3.12.4. Ser compatível com os adaptadores ópticos SC e LC;

5.3.12.5. Deve possuir áreas de armazenamento de excesso de fibras, acomodação e emenda, que devem estar internos à estrutura (conferindo maior segurança ao sistema);

- 5.3.12.6. Ser modular permitindo expansão do sistema;**
- 5.3.12.7. Deve possuir altura (1U) e ser compatíveis com o padrão 19”;**
- 5.3.12.8. Ser fornecido com bandejas de acomodação de emendas em material plástico e todos os acessórios necessários para a realização de fusão das 24FO;**
- 5.3.12.9. Ser fornecido com adaptadores ópticos;**
- 5.3.12.10. Os adaptadores ópticos devem ser suportados por uma placa padrão dispostos de 12 em 12 ou de 8 em 8;**
- 5.3.12.11. Ser fabricado em aço SAE 1020;**
- 5.3.12.12. Deve utilizar pintura do tipo epóxi de alta resistência a riscos;**
- 5.3.12.13. Deve possuir gaveta deslizante com sistema de trilhos para facilitar a manutenção e a instalação, e trabalhos posteriores sem retirá-los do rack;**
- 5.3.12.14. Deve possuir kit para permitir uma melhor ancoragem dos cabos;**
- 5.3.12.15. Deve ser compatível com acessório de encaminhamento de excesso de fibras;**
- 5.3.12.16. Deve possibilitar terminação direta ou fusão, utilizando um mesmo módulo básico;**
- 5.3.12.17. Deve possuir bandejas de proteção de emendas ópticas em material leve, e de tamanho adequado para acomodar as emendas;**
- 5.3.12.18. Deve possuir 04 acessos para cabos ópticos;**
- 5.3.13. DIO 19” para 48 FO**
- 5.3.13.1. Distribuidor óptico para 24 pares de fibras para Rack de 19”;**
- 5.3.13.2. Deve suportar até 48 fibras com conectores LC, até 36 fibras com conector SC e até 24 fibras com outros conectores;**
- 5.3.13.3. Deverá ter a função de acomodar e proteger as emendas de transição entre o cabo óptico e as extensões óticas;**
- 5.3.13.4. Ser compatível com os adaptadores ópticos SC e LC;**
- 5.3.13.5. Deve possuir áreas de armazenamento de excesso de fibras, acomodação e emenda, que devem estar internos à estrutura (conferindo maior segurança ao sistema);**
- 5.3.13.6. Ser modular permitindo expansão do sistema;**
- 5.3.13.7. Deve possuir altura (1U) e ser compatíveis com o padrão 19”;**
- 5.3.13.8. Ser fornecido com bandejas de acomodação de emendas em material plástico e todos os acessórios necessários para a realização de fusão das 48FO;**

5.3.13.9. Ser fornecido com adaptadores ópticos;

5.3.13.10. Os adaptadores ópticos devem ser suportados por uma placa padrão dispostos de 12 em 12 ou de 8 em 8;

5.3.13.11. Ser fabricado em aço SAE 1020;

5.3.13.12. Deve utilizar pintura do tipo epóxi de alta resistência a riscos;

5.3.13.13. Deve possuir gaveta deslizante com sistema de trilhos para facilitar a manutenção e a instalação, e trabalhos posteriores sem retirá-los do rack;

5.3.13.14. Deve possuir kit para permitir uma melhor ancoragem dos cabos;

5.3.13.15. Deve ser compatível com acessório de encaminhamento de excesso de fibras;

5.3.13.16. Deve possibilitar terminação direta ou fusão, utilizando um mesmo módulo básico;

5.3.13.17. Deve possuir bandejas

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.4. A demanda do órgão tem como base as seguintes características para os serviços do Grupo 1:

5.4.1. Deverá ser considerado a movimentação do Rack de Fibras (Rack 10) para a posição final, representada pelo layout presente na "Descrição da Solução" no Estudo Técnico Preliminar. Além disso, deverá ser considerado a segregação do Rack de Fibras (Rack 10) em dois racks, contemplando toda a estrutura necessária para o perfeito funcionamento juntos aos demais racks e a RECIIM;

5.4.1.1. O equipamento denominado como "DIST_CNIC", que hoje está instalado no Rack de Fibras (Rack 10), deverá ser movimentado para o rack denominado "Rack 04 - CTIM 32", e este último deverá ser movimentado para ficar ao lado do Rack de Fibras (Rack 10);

5.4.2. As fibras que chegam no Rack de Fibras (Rack 10) e no "Rack 04 - CTIM 32" deverão ser soltas de seus respectivos Distribuidores Internos Ópticos (DiO), passadas pela alvenaria local através de dutos específicos para esse propósito, armazenadas as sobras técnicas em caixas específicas (caixas organizadoras) para este fim, fixando-as à parede do CD-MB (corredor quente) e restabelecidas as fusões aos seus respectivos DiO nos Rack de Fibras (Rack 10) ou ao "Rack 04 - CTIM 32", mencionado no subitem acima;

5.4.2.1. As sobras técnica serão armazenadas nas caixas organizadoras e a conexão com os racks mencionados nos itens anteriores se dará sob o piso elevado;

5.4.3. As fibras que chegam nos terminadores ópticos que estão alocados no Rack de Fibras (Rack 10), deverão ser retiradas de seus respectivos terminadores e deverão ser instaladas em 2 DiO novos, que serão alocados no Rack de Fibras (Rack 10).

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características para os serviços do Grupo 2:

5.5.1. O serviço de cabeamento estruturado deverá contemplar todas as conexões atuais e as novas conexões proveniente dos novos racks mencionados nos subitens anteriores;

5.5.1.1. A montagem de um novo rack, denominado "HDA", que deverá estar localizado entre o "Rack 9 - CTIM 13" e o "Rack 04 - CTIM 32", do subitem 5.3.1, totalizando 22 racks;

5.5.2. Para o cabeamento estruturado, deverá ser considerado um cabeamento subterrâneo, sob o piso elevado da sala do Centro de Dados da Marinha do Brasil (CD-MB);

5.5.3. O rack denominado de HDA será o concentrador de todas as conexões entre os racks do CD-MB, logo dele partirão todos os cabos (UTP e fibras) que irão abastecer os demais racks, através de seus Pontos de Consolidação, conforme consta detalhado no Estudo Técnico Preliminar;

5.5.3.1. Os espaços que não forem ocupados dentro do HDA, deverão ser vedados com tampa falsa;

5.5.4. Deverá ser fixado sob o piso elevado, toda a estrutura para comportar os pontos de consolidação, tanto para cabos UTP quanto para as fibras, que irão receber o cabeamento dos racks e ligá-los até o HDA;

5.5.4.1. Tais pontos de consolidação (fibras e UTP) deverão ter a capacidade para atender um número de racks, conforme consta no Estudo Técnico Preliminar;

5.5.5. O sistema de cabeamento deverá ser de total propriedade da MB, de maneira a evitar a necessidade de contratação de terceiros para operação dos equipamentos e sistema, evitando custos de operação e possíveis acessos indesejados à informações sensíveis;

Especificação da garantia do serviço

5.6. A contratada deverá oferecer garantia mínima de 15 anos dos sistemas de cabeamento estruturado por ela fabricado, em conformidade com as instruções emitida pela Diretoria de Comunicação e Tecnologia da Informação da Marinha (DCTIMARINST 32-01), a qual define que um projeto de infraestrutura seja suficientemente capaz de preservar o investimento e garantir condições técnicas de alteração e/ou expansão durante cerca de no mínimo 15 anos;

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

6.5. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.6. O Contratado deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de pelo menos 10 dias.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.10. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.11. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.16. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.17. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.18. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.19. Cabe ao gestor do contrato:

6.19.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do

registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.19.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.19.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.19.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.19.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.19.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.19.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.19.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.19.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.19.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

6.20. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo A, para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os critérios constantes no Anexo A.

Do recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **15 (quinze)** dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.[A7]

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A9]

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.38. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 08/08/2025.

7.39. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.40. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.41. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.42. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.43. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.44. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.45. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.46. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.46.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.46.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.46.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.46.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.46. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (dias) dias.*

8.2.4.2. *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.3. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.4. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.5. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.6. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por grupo.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço global por grupo.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Técnica

9.22. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.22.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.23. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), em plena validade;

9.23.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Operacional

9.24. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.24.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.24.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 2 (dois) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.24.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.24.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.24.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.24.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.25. Declaração de que o fornecedor possui ou instalará escritório no município do Rio de Janeiro, o que deverá ser comprovado no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado a partir da vigência do contrato.

9.25. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.26. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

9.27. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.27.1. Para o Engenheiro de Telecomunicação: serviços de: especificar, coordenar e fiscalizar toda a infraestrutura de rede de dados e voz, garantindo que ela atenda às normas técnicas, aos requisitos do cliente e às boas práticas de engenharia;

9.27.3. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.28. Apresentação da relação de compromissos assumidos e pendentes de cumprimento pelo fornecedor, que importem em diminuição da disponibilidade dos profissionais indicados no item anterior, conforme modelo constante em Anexo.

9.29. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.30. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.31. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.32. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.33. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.34. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.35. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.36. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.36.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.36.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.36.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.36.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.36.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.36.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.36.6.1. ata de fundação;

9.36.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.36.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.36.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.36.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.36.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.36.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$674.148,58 (seiscentos e setenta e quatro mil, cento e quarenta e oito reais e cinquenta e oito centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. *As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.*

11.2. *A contratação será atendida pela dotação constante no Despacho do Gerente de Crédito.*

11.3. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Autorização de Contratação Direta e /ou no Aviso de Dispensa Eletrônica, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.[A1]

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.9.1. A Administração terá o prazo de **30 (dias)**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período. [A6]

3.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **30 (dias)**. [A7]

3.1.11. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.12. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

3.1.13. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

3.1.14. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

3.1.15. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução contratual.

4.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

4.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A10]

4.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

4.8. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

4.9.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.9.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.9.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.9.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.9.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT; [A11]

4.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

4.11. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

4.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

4.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.

- 4.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 4.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 4.17. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 4.18. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 4.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;
- 4.20. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 4.21. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;[A12]
- 4.22. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
- 4.23. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.24. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.26. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.27. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 4.28. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do Contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;
- 4.29. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.
- 4.29.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.
- 4.30. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 4.31. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 4.32. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

- 4.33. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 4.34. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 4.35. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 4.36. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 4.37. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 4.38. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 4.39. Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.
- 4.41. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 4.42. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 4.43. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
- 4.43.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.
- 4.43.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.
- 4.44. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.
- 4.45. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.
- 4.46. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.
- 4.47. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após o aceite do instrumento equivalente, o Contratado deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor, o fiscal técnico, o fiscal administrativo, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

5.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

5.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

5.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

5.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

5.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

5.6. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

5.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

5.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

5.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

5.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

5.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

5.11. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

5.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

6.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

6.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

6.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

6.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

6.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

6.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

6.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

6.4.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

6.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

6.10.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

6.10.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

6.10.3. Indenizações e multas.

6.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

6.6. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

7. DOS CASOS OMISSOS

7.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A25]

8. ALTERAÇÕES

8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

8.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A26]

8.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. FORO

9.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Rio de Janeiro, para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

VINICIUS MORENO DO COUTO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 01/10/2025 às 11:59:29.